

Os meandros do cooperativismo e da educação popular: divisando o Programa de Cooperativismo nas Escolas (PCE) nas Regiões Fronteira Noroeste e Missões do Estado do Rio Grande do Sul¹

Celso Gabatz*
Rosângela Angelin**

Introdução

Os desafios da contemporaneidade exigem o desenvolvimento e a afirmação de uma prática educacional capaz de oferecer as condições necessárias ao crescimento pessoal na perspectiva do mundo do trabalho, na dimensão da cooperação e da autonomia, promovendo processos de transformação da realidade. Esta capacidade dos seres humanos para transformar a realidade e serem por ela modificados, se insere nas demandas produzidas pela história em diferentes épocas com modos de organização social e de produção sublinhados por inúmeras peculiaridades. A intervenção no mundo se dá pela educação, no espaço onde o educando vive, age, convive e participa de um processo onde influencia e é influenciado, sobretudo, pela sociedade e a cultura (FREIRE,1998). Os dias atuais reforçam desafios e trazem novas exigências aos processos educacionais. Vive-se o paradigma do surgimento de novas mentalidades e valores na perspectiva de uma educação comprometida com o crescimento pessoal dos educandos e em harmonia com o desenvolvimento social e a cooperação (GOHN, 2009).

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

* Pós-Doutorando e Professor Colaborador no Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) da Faculdades EST, São Leopoldo-RS. Doutor em Ciências Sociais (UNISINOS). Mestre em História (UPF). Pós-Graduado em Ciência da Religião e em Docência no Ensino Superior. Graduado em Sociologia, Teologia e Filosofia.

E-mail: gabatz12@hotmail.com

** Pós-Doutora pela Faculdades EST (São Leopoldo-RS). Doutora em Direito (Osnabrück, Alemanha). Docente na Graduação e no Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo/RS.

E-mail: rosangela@san.uri.br

Conforme a definição engendrada pelo filósofo e educador francês, Edgar Morin (2001), na era da globalização, da economia e da cultura planetária, as escolas e universidades continuam exercendo o seu papel de educar as novas gerações para o desenvolvimento de suas potencialidades e competências em uma perspectiva sublinhada pelo mercado e o consumo. Nesta direção impõe-se a pergunta de como capacitar os indivíduos diante dos desafios recorrentes do mercado globalizado, onde os benefícios do capital estão concentrados em alguns agentes no alto da pirâmide social e onde, por extensão, as situações de trabalho e emprego, são cada vez mais complexas? (GIDDENS, 1991). Aqui, sugere-se, pois, a cooperação como alternativa para ampliar o horizonte de significados nos espaços de convivência, relacionamentos e trabalho.

Ao perscrutar a dimensão da solidariedade, desenvolvendo relações de mútuo auxílio voltadas para a produção de uma melhor qualidade de vida, enseja-se uma mudança edificante e positiva na medida em que a cooperação também suscita o aprendizado do ser humano na partilha de suas responsabilidades, compromissos, decisões e ações, a partir da reflexão das suas próprias experiências, anseios e sonhos. A cooperação é entendida aqui como aquela decorrente de um aprendizado baseado em experiências concretas produzidas a partir do contexto familiar e escolar que motiva para a busca do autoconhecimento e sua utilização na abertura para o outro, na ação coletiva e comunitária (PARO, 2008).

Nesse sentido, a cooperação resulta da vontade política de pessoas que a partir de objetivos comuns, desenvolvem ações benéficas em benefício da coletividade. O trabalho coletivo ensina o compartilhamento, o respeito pelo outro, a valorização das diferenças. Aprendendo a trabalhar em conjunto, o ser humano passa a conhecer suas virtudes e fragilidades, expressar sentimentos e emoções com liberdade. Se dispõe a participar com dedicação e criatividade, ou como acentuado por Walter Frantz (2004, p. 8), passa “a pensar e agir de forma ordenada e esclarecida, associando-se na interação, com vistas à realização de seus objetivos”. Trabalhar em cooperação é, pois, partilhar ideias, experiências, sentimentos, intenções e emoções. É praticar a ajuda mútua, se reconhecer no outro, na diferença; mobilizar forças para administrar vontades e tempos; valorizar decisões e somar esforços para concretizar utopias.

É possível afirmar que os espaços do cooperativismo, em sua prática de construção e funcionamento, não deixam de ser lugares privilegiados para o exercício educacional com a valorização de diferentes saberes, processos de aprendizagem, produção do conhecimento a partir de múltiplos processos pedagógicos e o desenvolvimento de habilidades. Um exemplo nesta direção é o Programa de

Cooperativismo nas Escolas (PCE). Uma iniciativa que vem sendo desenvolvida a quase três décadas em diferentes escolas de municípios das Regiões Fronteira Noroeste e Missões do Estado do Rio Grande do Sul. O programa se desenvolve estimulando a educação cooperativa com o objetivo de contribuir com atividades que promovam a cultura da cooperação nos espaços escolares (ANGELIN; GABATZ; REMPEL, 2017).

O PCE se entabula enquanto contribuição efetiva nos processos de mudança, transformação e intervenção pedagógica nas práticas de educação presentes nas atividades escolares com a expectativa de que estas produzam novos valores, novas visões, novos comportamentos. De que através de suas diretrizes os seres humanos se eduquem como sujeitos comprometidos com as mudanças e a consolidação de uma sociedade mais justa e capaz de superar as diferenças e contradições existentes (GRAMSCI, 1981). Educa-se, assim, para a cooperação e não para a competição. O programa delinea uma nova dimensão na construção dos espaços de poder no âmbito educacional. Trata-se de uma institucionalização de um processo de construção de novas perspectivas de vida a partir de práticas e atores sociais enquanto sujeitos de uma sociedade democrática, participativa e justa (CARVALHO, 2008). Trata-se de afirmar uma experiência coletiva atendendo os desafios locais e regionais. A busca por uma prática educacional que esteja firmada no enriquecimento mútuo, na emancipação e na autonomia com vistas à cidadania (PINHO, 2004).

O objetivo desta abordagem é, portanto, compreender e analisar as práticas no âmbito do PCE de modo a descortinar caminhos de reflexão crítica e criativa acerca dos seus enunciados cooperativos e de suas referências nos espaços formais de educação, suas práticas, seus fundamentos, sua inserção social com vistas à promoção e incentivo de uma cultura educacional voltada à educação popular onde a aprendizagem esteja pautada por relações sociais mais justas. Busca-se, assim, contribuir para que esta iniciativa possa ser conhecida e difundida por meio de suas potencialidades pedagógicas fundadas na cooperação e não na competição. Enseja-se, sobretudo, ampliar o horizonte compreensivo de um projeto que se pauta pela premissa da superação dos antagonismos e contradições presentes na sociedade em detrimento de uma educação comprometida com o bem comum.

Percursos do Cooperativismo e da Educação Popular

O cooperativismo é um movimento que se caracteriza pelos seus desdobramentos e inserção no âmbito da economia. No entanto, as referências acerca do cooperativismo organizado a partir de grupos sempre repercutem questões diretamente ligadas aos meandros da política, das reações sociais e culturais. Pela sua própria característica e

finalidade, não raro, ele está suscetível aos modos de produção em que atua e se insere na lógica do mercado. Significa dizer que a atividade cooperativa tem a ver os processos humanos de sociabilidade, reforçando certas intencionalidades de transformar a realidade (SINGER, 2000).

A cooperação enquanto fenômeno histórico das sociabilidades humanas é algo recorrente na constituição da sociedade. Ela está presente na disposição para a ajuda mútua em diferentes povos e em distintas épocas. Talvez, por que possíveis necessidades intrínsecas ao gênero humano, gerem relações cooperativas, pois os indivíduos, em geral, diante das suas incapacidades para resolver os problemas de forma individual, tende a buscar auxílio no outro, na coletividade².

As razões para a cooperação se encontram, pois, nas dificuldades, nos desafios enfrentados, nas próprias precariedades vivenciadas e que confluem para gestos de empatia, solidariedade e caridade. Parafraseando Karl Marx, isso implica em compreender que “[...] não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (1977, p. 37). Significa observar, entretanto, que é também por conta de uma forma de organização que se pode vislumbrar a transformação das estruturas sociais vigentes ou dominantes em favor de novas relações sociais em direção a um objetivo comum. Buscar uma coesão social por meio de uma intencionalidade coletiva³.

A cooperação e, via de regra, as cooperativas enquanto associações criadas para viabilizar relações sociais solidárias, se encontram diretamente envolvidas pelas peculiaridades e expressões de poder presentes na sociedade. São, desta maneira, instituições que buscam remodelar algumas aspirações configuradas pelo capitalismo e a sociedade de consumo na direção de uma transformação das estruturas sociais buscando romper com a lógica individualizante. Propõe a gestão coletiva e a operação

² Nesse sentido, Marilena Chauí evidencia que a “a linguagem nasce da necessidade: a fome, a sede, a necessidade de abrigar-se e proteger-se, a necessidade de reunir-se em grupo para defender-se das intempéries, dos animais e de outros homens mais fortes levaram à criação de palavras, formando um vocabulário [...] que, gradativamente, tornou-se mais complexo e transformou-se numa língua” (CHAUÍ, 1995, p. 140).

³ Para a pesquisadora Sílvia Araújo, “[...] a ação de cooperar [...] constitui o princípio da vida em sociedade. Por uma questão de sobrevivência, os indivíduos se reúnem em seus esforços, surgindo assim uma nova força de natureza coletiva. A cooperação é, portanto, uma força social [...]. A cooperação é uma atividade integradora, cuja ação entre as pessoas permite que se organizem para alcançar um mesmo propósito ou objetivo” (ARAÚJO, 1982, p. 85).

segundo princípios igualitários, democráticos e que sejam a expressão de uma maior equidade⁴.

Esta história do cooperativismo revela facetas inerentes às dificuldades e lutas que os seres humanos encontraram e travaram nos processos de produção dos bens materiais que necessitavam para viver. É uma história, portanto, diretamente ligada à economia daqueles que cooperam. Está, assim, imbricada à produção e distribuição daquilo que se necessita ou deseja para viver. Sob esse ponto de vista, aparece como uma atividade humana concreta, que plenifica a histórica de cada época em que se insere. Por isso, pode-se falar de diferentes práticas cooperativas ao longo da história da humanidade.

Para se compreender bem o sentido dessas práticas, faz-se necessário ilustrar o sentido e o modo de produção de cada época. É preciso saber como cada indivíduo ou grupo social participava ou participa do processo de produção e de distribuição dos bens ou das riquezas obtidas. De acordo com o sociólogo francês, Alain Touraine, “[...] um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural [...]. Visa sempre a realização de valores culturais, ao mesmo tempo em que a vitória sobre um adversário social” (1998, p. 254).

No caso do movimento cooperativo, o conflito social presente em sua base, em geral, esteve relacionado com a má distribuição das riquezas, as restritas oportunidades sociais, a luta por melhores condições de vida, o reconhecimento da liberdade de organização. Os seus valores eram relacionados ao associativismo, à solidariedade e à cooperação, ao reconhecimento de seus protagonistas como sujeitos, com igual valor e dignidade. Certamente, muitas das questões que motivaram as pessoas a cooperar, no passado, ainda estão presentes nos projetos de cooperação ou nas práticas cooperativas atualmente. “A vida social [...], o sentido do bem e do mal na vida coletiva, não podem ser aprendidos a não ser na prática” (GADOTTI, 1997, p. 12).

A organização cooperativa, ao tirar o indivíduo de seu mundo particular, relacionando-o com os outros, pelos laços sociais da cooperação, construindo espaços coletivos, desperta a responsabilidade social e a solidariedade, elementos fundamentais ao desenvolvimento do ser humano e de seus espaços de vida. A organização cooperativa tem esse sentido da construção do coletivo que lhe advém da natureza

⁴ “A convivência social se funda e se constitui na aceitação, no respeito e na confiança mútuos, criando assim um mundo comum. E, nessa aceitação, nesse respeito e nessa confiança mútuos é que se constitui a liberdade social. Isso é assim por conta da constituição humana que é a de um ser que vive no cooperar e no compartilhar, de modo que a perda da convivência social traz consigo a enfermidade e o sofrimento” (MATURANA, 1999, p. 97).

associativa. “A cooperação se dá devido a uma certa compulsão humana [...] das necessidades serem satisfeitas. Estas manifestações de auxílio mutuo surgem, geralmente, em períodos sociais mais adversos à satisfação das necessidades coletivas” (ARAÚJO, 1982, p. 85).

Por isso, pode-se afirmar que organizações cooperativas são também, por excelência, lugares de educação. Isso não apenas por que nelas se promove a atividade educativa com vistas à capacitação para a cooperação, mas, porque, nos diferentes espaços da organização cooperativa, a educação decorre das relações sociais que ali acontecem, tendo em vista os interesses, as intenções, as necessidades dos associados, e as ações decorrentes dessa trama social complexa. Os indivíduos se educam nas relações sociais do trabalho, educam-se pela comunicação crítica, pelo debate e argumentação sobre os diferentes aspectos de suas vidas. Os conteúdos desse processo educativo são, por isso mesmo, ora mais técnicos ora mais políticos (LAVAL; DARDOT, 2016).

A educação é um fenômeno humano que acontece no espaço das relações sociais. A escola foi constituída, historicamente, como um lugar específico e privilegiado de educação. Porém, sob muitos aspectos da vida, a educação aconteça mais fora da escola e ao longo de toda a vida das pessoas que nos espaços formais da sala de aula. A educação acontece em todos os lugares onde os homens se relacionam. Essas relações humanas são carregadas de emoção e de razão que têm suas raízes nas intenções, necessidades e interesses das pessoas (CASTORIADIS, 1982). As relações sociais acontecem em todas as instâncias da vida social, desde as instâncias mais afetivas, como a família, até as mais racionais, como as organizações empresariais. Por isso, a educação é um fenômeno que acontece tanto pela emoção como pela razão (JODELET, 2001)⁵.

Existe, assim, a educação para a cooperação e a educação que resulta das práticas de cooperação. Essa educação não é neutra. É carregada de intenções, expressa

⁵ Nesses espaços sociais da organização familiar, da escola, da igreja, da empresa, ou mesmo da rua, onde as pessoas convivem, os seres humanos se educam, desenvolvendo processos complexos de influência entre si. As organizações cooperativas fazem parte desses espaços sociais. Nesses lugares sociais as pessoas desenvolvem sentimentos, ideias, valores, comportamentos, conhecimentos, aprendizagens, estruturas de poder de atuação, através do qual se comunicam e se influenciam. Não são, portanto, lugares neutros. Por isso, a educação também não é um processo neutro, mas carregado de intenções, necessidades, vontades, interesses. Corroborando com o tema, Moacir Gadotti afirma que “[...] a pedagogia da práxis é a teoria de uma prática que procura não esconder os conflitos, as contradições, mas, ao contrário, os afronta, os coloca às claras. Ela se constitui numa antropologia que considera o indivíduo um ser criador, sujeito de sua própria história e que se transforma na medida em que consegue transformar o mundo” (GADOTTI, 1998, p. 30).

posições e vontade de poder. Em decorrência, pode-se afirmar que o cooperativismo também não é neutro, em termos de proposta de sociedade. No espaço da cooperação é construído o poder. Desenvolvem-se diferentes relações de poder, de múltiplas direções. Educação e poder, aliás, são dois fenômenos que sempre andam juntos na dinâmica da organização social (MIGUEL, 2017). De acordo com a premissa delineada pelo educador Moacir Gadotti “a questão da educação nunca esteve separada da questão do poder. Os que ainda insistem que a educação é uma questão técnica, na verdade estão ocultando, atrás da razão técnica, um processo político” (1998, p. 22).

A organização cooperativa abriga, como já enunciado, um complexo sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, das intenções e interesses das pessoas que cooperam. Da dinâmica dessas relações nascem ações no espaço da economia, da política, constituindo-se, assim, as práticas cooperativas em processos educativos e em processos de poder (MARTINS, 2002). A organização cooperativa, além do seu sentido econômico, constitui-se, assim, em uma escola, onde se gera conhecimento, produz-se aprendizagem, a respeito da vida na realidade social, certamente, com profundo reflexo no processo de educação mais amplo da sociedade, deitando nela raízes de muitos de seus valores e comportamentos sociais. Nos processos das lutas e conflitos sociais dos núcleos de colonização, construiu-se conhecimento, aprendizagem e educação⁶.

O conhecimento, a aprendizagem, a educação, fluem pelas vias das relações de poder que se organizam e manifestam nas práticas políticas de comunicação e negociação, na busca de informações. Importa destacar que as organizações cooperativas sempre foram desafiadas por operações técnicas de produção, armazenagem, industrialização e comercialização, isto é, por questões vinculadas à economia dos seus associados. Porém, também sempre existiram os desafios de ordem política, de natureza cultural e social (PELBART, 2003). Hoje, as organizações cooperativas continuam, cada vez mais, sendo confrontadas e exigidas pelas muitas transformações de ordem política, de natureza cultural e social, pelas quais passa a sociedade (INNERARITY, 2017). Especialmente, o fenômeno da intensificação da globalização traz muitos novos desafios. Isso exige também de seus associados e dirigentes sempre novos conhecimentos, mais capacidade de articulação, maior

⁶ “A ação [...] cooperativa supõe a criação de novas formas de convivência [...] as quais são alimentadas pelos valores permanentes e fundamentais da cooperação. Os objetivos da educação cooperativa se concentram em algumas ideias fundamentais que precisam ser desenvolvidas: socialização, criatividade, espontaneidade, solidariedade, liberdade e espírito crítico” (BEMVENUTI, 1995, p. 20).

identificação coletiva e responsabilidade social. As cooperativas se constituem em importantes lugares de educação.

O Programa de Cooperativismo nas Escolas (PCE): Uma Metodologia que Privilegia a Educação Popular Crítica

A *educação popular* prima pelo conhecimento do espaço cotidiano e pela reflexão da complexidade que o envolve, a partir de questões sociais, econômicas, ambientais, humanas, entre outras⁷. Paulo Freire foi o grande precursor da educação popular no Brasil. O autor destaca a importância dessa metodologia educacional, tanto nos processos educativos formais, quanto nos informais, frisando que é imprescindível problematizar e refletir todos os temas, a partir do contexto vivido: “é preciso que a educação esteja [...] adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...]” (FREIRE, 1980, p. 39).

A história e a inserção do programa no âmbito das escolas da região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, ocorre a partir do ano de 1993 de modo a ampliar as discussões acerca do cooperativismo. Num primeiro momento, as iniciativas existentes estavam mais restritas a palestras e ações direcionadas aos educadores e educadoras em algumas escolas com o objetivo de pautar certos temas relevantes para as comunidades locais e que, posteriormente, também pudessem ser ampliados com os grupos discentes. Tratava-se de uma ação bastante esporádica e, portanto, sem uma reflexão ou planejamento melhor elaborado. A origem da iniciativa se encontrava atrelada aos fundamentos de uma educação para a cooperação, na medida em que se supunha que a convivência entre os seres humanos representava uma condição importante da vida cotidiana, que poderia e deveria ser aperfeiçoada nos relacionamentos dentro e fora dos espaços de educação formal. As transformações pelas quais a região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul passava gerava impactos, desafios e novas demandas (ROTTA, 1999). Algumas mais visíveis, porque traziam consigo o inusitado que embora aceito, em grande medida por conta de algumas facilidades proporcionadas em determinadas áreas do conhecimento, setores e atividades, como no caso da revolução tecnológica e o desenvolvimento dos sistemas de comunicação (SCHNEIDER, 1991).

⁷ No século XIX, a expressão Educação Popular era cunhada para referir-se a educação pública, sendo que no século XX o termo tomou outra conotação, ou seja, foi utilizado para designar programas de formação política e cultural voltados para a classe trabalhadora (JARA, 2013, p. 47).

A proposta do PCE preconizava que as escolas pudessem ser espaços voltados a cooperação, sobretudo, no meio rural em função do crescente êxodo observado. Havia uma forte preocupação na direção de que o cooperativismo pudesse representar uma oportunidade para o desenvolvimento de uma região, historicamente, apática às iniciativas solidárias ou coletivas (BRUM, 1983). O PCE se propunha também a articular novas experiências e modelos ao já conhecido e existente “cooperativismo tradicional”, nos moldes da educação popular, voltada para uma consciência associativa. Entre os objetivos gerais elencados, destacam-se alguns valores primordiais.

- a) Contribuir para a formação de uma “consciência associativa” entre a população, especialmente os jovens, no sentido de uma participação ativa e consciente; b) formar quadros e lideranças para o aproveitamento criativo de todo o potencial que o associativismo e a cooperação podem oferecer em termos de democratização da nossa sociedade e busca de maior igualdade e justiça social; c) incentivar a escola no processo de adequação do ensino à realidade de educando, possibilitando uma educação integral, que visa a preparação do aluno como membro atuante e transformador da sociedade; d) contribuir para o desenvolvimento e avanço das experiências cooperativas e associativas já existentes (ANDRIOLI; GIEHL, 1997, p. 1-2).

Importante destacar que a convicção entabulada nas proposições do PCE tinha muito a ver com a crítica em torno do papel da educação e também da forma como o cooperativismo se constituiu ao longo dos tempos nesta região. Ressaltava-se aspectos atinentes à dominação, à uma estrutura educativa pouco capaz de resultar em práticas efetivas de cidadania, baixa consciência crítica e também a dificuldade ampliar o horizonte compreensivo para além de uma monocultura firmada nos padrões neoliberais. O processo de consciência adotado no âmbito do PCE amplia a perspectiva de uma vivência que contemple questões intrínsecas à educação popular:

O processo de consciência desenvolvido pode ser apresentado nas seguintes etapas: a) inicialmente, as mesmas necessidades ou problemas motivam a organização coletiva; b) a forma como as pessoas se organizam em grupo e as relações sociais que estabelecem podem desenvolver novos valores e práticas; c) as novas formas de agir e se relacionar confrontam-se com os valores anteriores e potencializam a identidade grupal, desenvolvendo a ação coletiva que determina a consciência coletiva (ANDRIOLI, 2007, p. 217).

As práticas cooperativas vinculadas ao PCE foram desenvolvidas em espaços sociais com uma estreita influência de entidades que atuavam nestes contextos determinando a compreensão dos problemas, demandas e visão de mundo e da

sociedade. Houve uma interação com vários agentes de dentro e fora das escolas no trabalho cooperativo de modo a sublinhar valores na perspectiva das utopias para um mundo melhor.⁸ As novas formas de relações se articulam com as contradições representadas no cotidiano com vistas a uma consciência crítica e de transformação da realidade vigente. É pertinente sublinhar que esta mudança é resultante não apenas de uma pretensa teoria ou de certos conteúdos que conseguem ser assimilados, mas, principalmente, pelos processos de reflexão prática desenvolvidos e que contrastam com a realidade, provocando a consciência acerca do contraditório⁹.

A história e o desenvolvimento do PCE acontecem por meio de um amplo movimento de diálogo e elaboração conjunta que conseguiu envolver muitas pessoas e entidades para melhor delinear propostas de uma consciência cooperativa nos espaços de educação formal em escolas. Há, por obvio, divergências acerca do desenvolvimento da proposta, mas, estas nunca representaram um empecilho ao desenvolvimento da iniciativa. O que se pode perceber é uma maior adesão a cada ano do seu funcionamento. Se no início havia um certo alinhamento com as escolas rurais, hoje, a adesão também ocorre de forma maciça nos espaços urbanos refletindo de forma positiva e ampliando a compreensão cooperativa¹⁰.

A centralidade de práticas cooperativas foi gerando, paulatinamente, novas demandas e compreensões no conjunto dos envolvidos pela iniciativa. A orientação teórica e também metodológica, antes amparada em compreensões de cunho mais idealista, passa, aos poucos, a incorporar questões correlatas ao mundo do trabalho enquanto categoria fundamental para o âmbito da educação. Trata-se de nunca deixar de lado questões históricas do contexto do PCE, bem como, refleti-las em diálogo com

⁸ “As cooperativas escolares dão às crianças e aos jovens uma educação que podemos chamar integral; prepara-os tecnicamente dentro de um ambiente democrático; de autogestão, desenvolvendo sua personalidade e despertando sua consciência para o papel que poderão desempenhar no progresso de sua comunidade” (PINHO, 1982, p. 12).

⁹ “A prática cooperativa dos alunos e o processo de reflexão sobre sua atividade conduz à crítica da sua organização e à superação de problemas. Ao superar problemas e comparar sua maneira de se organizar com a estrutura de funcionamento das demais cooperativas, os alunos se tornam críticos do cooperativismo tradicional e defensores de um “outro cooperativismo”. Além disso, ao participar de decisões e da organização de seu próprio trabalho, o ruído de alunos potencializa a democracia” (ANDRIOLI, 2007, p. 213).

¹⁰ “O trabalho cooperativo, como prática de convivência [...], além de permitir a satisfação de necessidades, construção de conhecimento e resultados econômicos, motiva para a necessidade de organização social e política [...]. Ao trabalhar coletivamente [...], relacionam-se entre si e com a natureza, gerando novas formas de convivência, o que influencia na construção da personalidade humana. A consciência de si mesmo depende da consciência do outro e, através da relação cooperativa, ambos se encontram, e aprendem mutuamente” (ANDRIOLI, 2007, p. 214).

as particularidades do trabalho coletivo suscitando novos paradigmas, novas inquietações, possíveis rearranjos e caminhos de reciprocidade¹¹.

A experiência do PCE é inovadora e peculiar. Por conta de sua história, contexto, amplitude conceitual e prática, organização e público alvo. As ações cooperativas repercutem na construção de um maior entendimento sobre o próprio papel de educandos/as e educadores/as como protagonistas em seus espaços de interação¹². As questões suscitadas extrapolam os objetivos e ações delimitadas pelo projeto e validam contribuições relevantes para as vivências em outros espaços de interação social.

Considerações finais

A organização e o funcionamento de uma sociedade se caracterizam pela articulação de relações entre as pessoas. Trata-se de um movimento na perspectiva das interações sociais que obedecem às necessidades e aos interesses dos seres humanos. Portanto, as necessidades e os interesses das pessoas representam a força do movimento. Quanto maior a clareza e a consciência em relação a essas necessidades e interesses, maior pode ser a articulação e a força do movimento. Um dos movimentos importantes acentuado nesta abordagem é o movimento cooperativo. A força do movimento cooperativo é a valorização do trabalho humano e as suas relações de cooperação entre seus agentes. Trata-se de uma iniciativa relacionada às necessidades e interesses das pessoas.

O cooperativismo moderno não nasceu apenas de consequências sociais reativas à Revolução Industrial. O cooperativismo moderno também é resultado do espírito e da cultura de uma época e que se instalou no âmbito político. O cooperativismo moderno nasceu no campo da economia, fundado no espírito dos ideais da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Surge enquanto processo instrumental decorrente das

¹¹ “A educação e o cooperativismo são práticas sociais. Ambas são frutos da cultura, da sociabilidade e do relacionamento humano. Seu surgimento é decorrente de necessidades que os seres humanos desenvolveram ao longo da história, dos desafios que mulheres e homens encontraram para resolver problemas da sua vida. O início da aprendizagem decorre do ato cooperativo inicial em que, diante de problemas concretos, os seres humanos construíram coletivamente suas soluções. Nesta perspectiva, a aprendizagem é um processo cooperativo e a cooperação se torna um permanente processo de aprendizagem; uma práxis da convivência humana” (ANDRIOLI, 2007, p. 215).

¹² É importante destacar que o autor e a autora deste artigo se encontram diretamente envolvidos com a história, o planejamento, as atividades e ações estratégicas desenvolvidas pelo PCE, sobretudo, naquelas concernentes à formação de educadores/as, por meio de cursos sobre temas da conjuntura política, econômica, religiosa, cultural e social, bem como, sobre aspectos envolvendo a educação cooperativa, tendo como exemplo o Curso de Formação Continuada realizado durante todo o ano de 2021, contando com a presença de mais de quarenta educadores/as de escolas que se inserem diretamente na proposta vinculada às ações do PCE.

promessas da modernidade. É também a expressão das lutas sociais por uma economia centrada na valorização do trabalho humano, orientado por ideias democráticas de participação, de organização, de reconhecimento do papel e da função do cidadão, em oposição à relações sociais servis. O movimento e as práticas cooperativas são expressões de uma dinâmica social que, em cada situação, se expressa de um jeito específico.

A organização cooperativa tem um caráter instrumental, mas, no sentido de recolocar o trabalho humano em sua centralidade. A natureza desse caráter instrumental das ações cooperativas, além dos esforços técnicos do trabalho em si com o sentido de garantir um lugar nas relações econômicas, implicam uma cultura do humano e não do capital. O cooperativismo é construído como um lugar de reconstrução das condições de vida, tendo na economia humana o seu fundamento. Ele se constitui na passagem da simples organização da mútua-ajuda à organização racional das necessidades e dos interesses das pessoas. O cooperativismo moderno, portanto, nasce do processo da passagem da economia da necessidade para a economia do interesse que se realiza pelas relações de oferta e procura.

A economia moderna funciona no espaço do mercado, através da oferta e da procura. Porém, na relação entre oferta e procura instalou-se a competição entre os interessados e o interesse do capital. O interesse do capital se impôs como motivação para a produção e a distribuição dos bens e das riquezas. Na economia moderna a cultura que se afirmou como hegemônica foi a da competição entre os interesses do trabalho e do capital. Frente a isso nasceu o movimento pela organização cooperativa que prima pela defesa do interesse do trabalho humano contra os interesses do capital. Uma iniciativa capaz de contribuir para novos caminhos à sociedade, novas relações econômicas, novos laços sociais, nova cultura. Um lugar de reconstrução de identidades, do coletivo, dos laços sociais rompidos, do reconhecimento do ser humano.

O PCE se transformou em um importante espaço de educação popular crítica, de aprendizagem e partilha. O programa evoca meios para o enfrentamento das condições adversas ao rápido e profundo processo de transformações, especialmente, no mundo do trabalho. O cooperativismo pode ser uma reação local com significado político pela constituição de novos atores sociais. Cabe, pois, não por último, uma pergunta instigante e provocadora que deveria estar presente no horizonte do cooperativismo nos dias atuais: Como encontrar meios para desafiar modos de pensar e agir que, na maioria das vezes, se pautam por certas “verdades absolutas”, mesmo quando parece

ser evidente que o sistema construído e fundamentado por esses conceitos está prestes a ruir?

Referências

ANDRIOLI, A. I.; GIEHL, P. R. **PCE – Programa de Cooperativismo nas Escolas**. Santa Rosa: Cooperluz, 1997.

ANDRIOLI, A. I. **Trabalho Coletivo e Educação**. Ijuí: UNIJUÍ, 2007.

ANGELIN, R.; GABATZ, C.; REMPEL, D. **Caminhos da Cooperação**: Programa Cooperativismo nas Escolas. FuRI: Santo Ângelo, 2017.

ARAÚJO, S. M. P. de. **Eles: a cooperativa**; um estudo sobre a ideologia da participação. Curitiba: Projeto, 1982.

BEMVENUTI, V. L. S. Aprender: uma abordagem cooperativa. In: FIALKOW, M. Z. **A união faz a vida**. Educação Cooperativa: subsídio para professores. São Leopoldo: UNISINOS, 1995.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura no planalto gaúcho**. Ijuí: FIDENE, 1983.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

FRANTZ, W. Educação e poder na racionalidade da cooperação. **Coleção Cadernos Unijuí**, Série Cooperativismo 04. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GADOTTI, M. **Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez, 1997.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Práxis**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 1998.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GOHN, M. da G. **Educação não formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999.

INNERARITY, D. **A política em tempos de indignação**: a frustração popular e os riscos para a democracia. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

JARA, O. H. **A sistematização de experiências**: prática e teoria para outros mundos possíveis. Brasília, DF: CONTAG, 2012.

JODELET, D. **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. EDUERJ, 2001.

LAVAL, C.; DARDOT, P. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARTINS, J. de S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, K. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MIGUEL, L. F. **Consenso e conflito na democracia contemporânea**. São Paulo: UNESP, 2017.

MORIN, E. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

PARO, V. H. **Administração escolar**: introdução crítica. São Paulo Cortez, 2008.

PELBART, P. P. **Vida Capital**: Ensaio de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PINHO, D. B. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo: CNPq, 1982.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

ROTTA, E. **A construção do desenvolvimento**: análise de um “modelo” de integração entre regional e global. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, Participação e Autonomia Cooperativa**. São Leopoldo: UNISINOS, 1991.

SINGER, P. **Economia Socialista**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

TOURAINÉ, A. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.